



ACESSIBILIDADE

veja | ouça | sinta

Top Cidadania 2017

Marta Silva Neves
Rafael Martins dos Santos

 **Banrisul**
O grande banco do sul.

ÍNDICE

1. RESUMO.....	3
2. INTRODUÇÃO.....	4
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	6
4. AÇÃO EDUCATIVA CINEMA ACESSÍVEL.....	12
OBJETIVOS.....	12
LOCAL DE DESENVOLVIMENTO.....	14
POPULAÇÃO BENEFICIADA.....	14
METODOLOGIA APLICADA.....	15
ARTICULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO.....	16
PARCERIAS COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES.....	18
ORÇAMENTOS.....	19
5. APRENDIZADOS, AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA 2017.....	20
6. BIBLIOGRAFIA.....	29
7. AUTORES.....	31

1. RESUMO

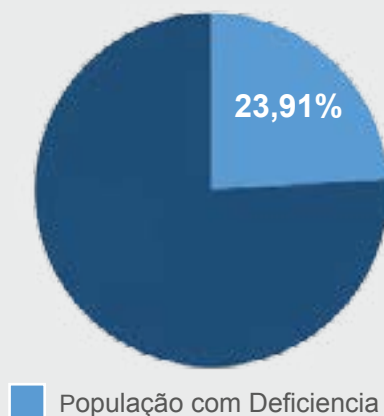
O case aqui compartilhado trata-se de ação educativa por meio de exibição de filmes nacionais com recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas, com o propósito de sensibilizar a comunidade e os colaboradores do Banrisul para a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, promovendo a igualdade e democratização ao acesso a espaços e serviços. A proposta caracteriza-se por trabalho de campo com a participação dos atores dos municípios gaúchos – conselhos dos direitos das pessoas com deficiências, secretarias estaduais e municipais, associações, entidades, lideranças comunitárias e universidades, contribuindo no desenvolvimento da ação, na coleta de dados de pesquisa de opinião e reflexo na sociedade local. O público envolvido abrange a comunidade e os colaboradores do Banrisul que atuam nas Agências das cidades sedes das Superintendências Regionais do Banco, bem como de cidades do entorno, integrando interessados em conhecer práticas inclusivas e tecnologias assistivas e o público identificado em conjunto com Conselhos Municipais dos Direitos das Pessoas com Deficiências, Secretarias Estaduais e Municipais e Universidades.

Para a análise de dados foram considerados os indicadores monitorados, os conteúdos das atas de reuniões preparatórias e a pesquisa de acompanhamento. Em 2016, o público foi de 1.115 pessoas em doze exposições no interior do RS. A interação com o público por meio de experiência dialógica propiciou o aprimoramento a cada edição como uma transformação participativa e atenta a reflexão coletiva a respeito dos recursos de acessibilidade, considerando todos os tipos de deficiência e possíveis barreiras encontradas, sejam elas arquitetônicas, atitudinais ou comunicacionais.

2. INTRODUÇÃO

No Brasil, cerca de 23,91% da população (BRASIL, 2010) possui algum tipo de deficiência, seja física, visual, auditiva ou intelectual. Para atender a essa parcela significativa da população, em janeiro de 2016 foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que norteia uma série de diretrizes que buscam diminuir a desigualdade nas relações de comércio, consumo, educação e trabalho, entre outros aspectos.

No Banrisul, o processo de inclusão dessa população aconteceu antes da obrigatoriedade legal, e desde a década de 70, pessoas com deficiência desenvolvem suas atividades profissionais na Empresa – programadores, digitadores, telefonistas. Desde então, a acessibilidade foi ganhando importância (formal e informal) no Banrisul, principalmente através da adaptação de aspectos de infraestrutura, equipamentos, meio virtual e capacitação (Ver Anexo I).



Por ser uma empresa com uma rede de atendimento ampla, que se estende por todo o estado do Rio Grande do Sul e alguns pontos de atendimento em outros estados brasileiros, o Banrisul tem um papel fundamental no estímulo à cidadania e ao desenvolvimento econômico e social das comunidades.

No ano de 2015, em decorrência do Banrisul e Banrisul Consórcio ter patrocinado o Festival de Cinema Acessível, via Lei Rouanet, foi oportunizada a exibição do filme “O Tempo e o Vento” para colaboradores, familiares e convidados externos utilizando recursos de acessibilidade: audiodescrição, janela de libras e legendas explicativas. Foram utilizadas também práticas acessíveis no processo de divulgação digital do evento e na abordagem e condução das pessoas com deficiência.

A iniciativa contou com a parceria da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA e da Brigada de Incêndio para o mapeamento de rotas de

acessibilidade e na preparação para recepção do público: melhor abordagem no acolhimento e acompanhamento. O evento contou com expressiva participação de público interno - colaboradores com deficiência, estudantes de Libras e interessados em conhecer os recursos de acessibilidade – e seus familiares com deficiência, bem como com representantes de associações que valorizaram a iniciativa do Banrisul e conheceram as tecnologias assistivas.

Em 2016, considerando o êxito e interesse demonstrado pelo público na exibição ocorrida anteriormente, bem como a importância do conhecimento das tecnologias assistivas e da própria acessibilidade, foi proposto replicar a experiência percebida como uma ação educativa inclusiva, em cidades que contemplassem sedes das Superintendências Regionais do Banrisul no Rio Grande do Sul (Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santo Ângelo, Pelotas e Uruguaiana), agora contemplando a comunidade local.

MISSÃO DO BANRISUL

Ser o agente financeiro do Estado para promover o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.



Exibição em Santa Maria, em junho de 2016.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A sociedade moderna passa por muitas transformações, as quais afetam diretamente nosso modo, de ver e agir no mundo. O conceito de “desenvolvimento sustentável”, elaborado na década de 80, combina o tripé: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica, tornando-se popular após o Relatório Brundtland (Our Common Future), em 1987. Para Leff “O princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como marca de um limite e um sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade” (2011, p. 15).

Para existir uma sociedade sustentável é necessária a sustentabilidade ambiental, social e política, sendo um processo e não um estágio final.

A sustentabilidade ambiental apresenta várias dimensões, na qual a acessibilidade é aquela que nos parece necessitar de maiores discussões teóricas.

Com o advento da Convenção das Organizações das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD), há uma guinada na direção dos direitos humanos e do reconhecimento destas pessoas como sujeitos de direitos a partir das ideias de protagonismo, acessibilidade e igualdade de oportunidades (BRASIL, 2007)

Como outro marco das principais conferências internacionais, reportamos a conferência realizada em julho de 2012, no Rio de Janeiro, denominada Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20. A partir dessa conferência e consulta pública por mais de dois anos, a ONU aponta questões relevantes para o desenvolvimento sustentável com a Agenda Pós 2015 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, chamado Transformando Nosso Mundo, (PNUD, 2015), que engloba todos os direitos humanos, entre eles: erradicação da pobreza, combate às desigualdades, preservação do planeta, criação do crescimento econômico inclusivo e sustentável e promoção da inclusão social. Os ODS são derivados dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, que não abordavam as pessoas com deficiência.

Em janeiro de 2016 entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que reafirmou

a autonomia e a capacidade desses cidadãos para exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas.

É importante destacar ainda, que a acessibilidade é compreendida como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, dos sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004). Além disso, a acessibilidade, também, é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização, em igualdade de oportunidades, com segurança e autonomia, do meio físico, do transporte, da informação e da comunicação, inclusive dos sistemas e tecnologias de informação e comunicação.

Para Sassaki (2009), há 6 tipos de acessibilidade:

1. ARQUITETÔNICA	É a forma de acessibilidade sem barreiras ambientais físicas, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo.
2. ATITUDINAL	Refere-se à acessibilidade sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, em relação às pessoas em geral.
3. COMUNICACIONAL	É a acessibilidade que se dá sem barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em Braille, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).
4. INSTRUMENTAL	Sem barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva etc.).
5. METODOLÓGICA	Sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar).
6. PROGRAMÁTICA	Sem barreiras – muitas vezes imperceptíveis – embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.), normas e regulamentos (institucionais, empresariais etc.).

Destaca-se aqui, acessibilidade como um conceito amplo, um direito de que todas as pessoas tenham a possibilidade de usufruir de recursos e ações no âmbito social e ambiental. As barreiras arquitetônicas, de atitude e comunicação interferem na vida de muitas pessoas excluindo-as do meio social. Uma sociedade sustentável, conforme afirma Borges (2014), deve ter como premissas básicas para a participação democrática de todos seus habitantes em bens e serviços em condições de igualdade.

Entre as premissas básicas:

- **Sensibilizar comunidades**

Laplatine (2003) destaca que a experiência da alteridade, bem como a elaboração dessa iniciativa leva a ver aquilo que nem teríamos conseguido imaginar, dada a nossa dificuldade em fixar nossa atenção no que nos é habitual, familiar, cotidiano, e que consideramos ‘evidente’. Aos poucos, percebe-se que o menor dos comportamentos (gestos, mímicas, posturas, reações afetivas) não tem realmente nada de ‘natural’. O conhecimento da nossa cultura passa inevitavelmente pelo conhecimento das outras; e devemos especialmente reconhecer que somos uma cultura possível entre tantas outras, mas não a única. Sendo assim, considerando o propósito de desenvolvimento de competências voltadas à humanização e à sustentabilidade para melhoria na qualidade de vida, de trabalho e de crescimento pessoal da comunidade e pessoal e profissional dos colaboradores do Banrisul (comunidade interna). Além disso, alcançar o equilíbrio necessário para minimizar diferenças sociais, a sensibilização e a experiência vivencial, utilizando-se de filmes como um instrumento, propiciando a melhor compreensão e entendimento das necessidades das pessoas com deficiência, em sua diversidade.

- **Reconhecer pessoas com deficiência como parte da sociedade**

A Convenção da Organizações das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) apontam questões importantes na direção dos direitos humanos e do reconhecimento das pessoas com deficiência. Sendo assim, se torna cada vez mais importante que este assunto seja discutido de forma ampla e transparente, tornando-se inerente à cultura e ao comportamento de empresas e cidadãos.

• **Divulgar as várias faces da acessibilidade**

O senso comum relaciona o termo acessibilidade geralmente as questões arquitetônicas e ao meio físico. Entretanto, a acessibilidade – ou a falta de – está presente em aspectos muitas vezes imperceptíveis como a comunicação, o comportamento, as políticas públicas. Sendo assim, é imprescindível que o tema seja esclarecido e ampliado nas discussões presentes na sociedade.

• **Engajar comunidades e sociedade**

Arend destaca que o “poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido” (2009, p.60). Sendo assim, é de suma importância que o cidadão seja informado, contextualizado e empoderado sobre o tema da acessibilidade, para que engajados na busca pela igualdade, sintam-se fortalecidos.

Para Diniz (2011 apud BORGES, 2014), a sociedade se padroniza por normas de comportamento, padrões de beleza, de inteligência, entre outros, que se tornam modelos e constituem estereótipos. O estereótipo resulta como um instrumento dos grupos, construído para simplificar o processo das relações entre eles e, nessa simplificação, justificar determinadas atitudes e comportamentos pessoais e coletivos (OLIVEIRA, 2002). “É necessário atentar para o fato de que esses padrões não são produtos da biologia, mas socialmente criados” (ABRAMOWICZ, 2005).

Neste cenário, a educação e as possibilidades de abordagem vislumbram uma cidadania participativa, a qual começa pela autonomia e emancipação das populações nas distintas realidades e comunidades em que se inserem, como afirma Freire (1996).

Esse processo de aprendizagem se concretiza à medida que se observam as atitudes e resultados concretos no cotidiano, quando a informação e o conhecimento são reelaborados, recriando possibilidades e criando novas alternativas. Nesse sentido, Gutiérrez (2013, p.175) destaca “testemunhar o processo diário no caderno

da aprendizagem é animar-se a continuar aprendendo, a continuar na busca de tudo o que tem a ver com o tema em estudo. Numa palavra: é estar e viver, em atitude de aprendizagem”.

Portanto, pauta-se em uma educação problematizadora considerando o participante como uma pessoa com bagagem cognitiva-afetiva e com cultura condizente com a realidade em que está contextualizado. Parte do pressuposto de que uma pessoa só conhece bem algo quanto o transforma, transformando-se ela também no processo.”destacado por Bordenave e Pereira (1993, p.10).

Nesse sentido, a Ação Educativa Cinema Acessível apresenta alternativas para viabilizar a acessibilidade por meio da cultura, utilizando-se de tecnologias assistivas, tais como:

- **AUDIODESCRIÇÃO:** é uma tecnologia que consiste na descrição clara e objetiva de todas as informações que compreendemos visualmente e que não estão contidas nos diálogos, como por exemplo, expressões faciais e corporais, informações sobre o ambiente, figurinos, efeitos especiais, mudanças de tempo e espaço, além da leitura dos créditos, títulos e quaisquer outras informações escritas na tela. Ela permite que o usuário receba a informação contida na imagem em tempo real, possibilitando que a pessoa desfrute integralmente da obra, seguindo a trama e captando a subjetividade da narrativa, de forma similar a de alguém que enxerga normalmente.

- **JANELA DE LIBRAS:** nos filmes, a Língua Brasileira de Sinais traduz e interpreta para o espectador surdo ou com baixa audição, todos os diálogos e elementos sonoros fundamentais para a compreensão dos filmes, dando a este espectador a oportunidade de desfrutar da obra de forma semelhante às pessoas ouvintes.

- **LEGENDA EXPLICATIVA:** é usada pelas pessoas com baixa ou perda total da audição, que não se comunicam através da Língua Brasileira de Sinais. A legenda transcreve em texto escrito todas as falas dos personagens, os elementos não-verbais

sonoros encontrados nas cenas, dando ao espectador autonomia para a compreensão do filme.

Conhecer todas essas tecnologias assistivas e outras existentes, favorece ao gestor de uma organização reconhecer a diversidade presente entre as pessoas.

É importante ressaltar que reconhecer que pessoas diferentes possuem habilidades variadas e que podem contribuir para o desenvolvimento, inclusive da empresa, evidencia o respeito pelo indivíduo e aceitação do outro, isento de discriminação, preconceitos e estigmas. Além disso, possibilita que todos os colaboradores sintam-se comprometidos com os objetivos da empresa e assim busquem desenvolver novas competências, conforme destaca Heinski (2003).

Nesse sentido, ao considerar a Responsabilidade Social Empresarial, a empresa deve estar atenta a uma postura transparente, responsável e ética com seus diversos públicos, contribuindo como agente do desenvolvimento local, junto a outras entidades comunitárias e ao próprio governo. Também enquanto um conceito amplo de cidadania corporativa e desenvolvimento sustentável, Garcia (2004) destaca que diversos defechos podem decorrer de conjuntos de ações estabelecidas por empresas em relação à sociedade.

A seguir, descrevemos este case enquanto um trabalho de campo que tem como base o envolvimento de diversas representações e lideranças locais, contribuindo no desenvolvimento da ação, na coleta de dados de pesquisa de opinião e reflexo na sociedade local. Para a análise de dados foram considerados os indicadores monitorados, os conteúdos das atas de reuniões preparatórias e a pesquisa de acompanhamento.



4. AÇÃO EDUCATIVA CINEMA ACESSÍVEL

A Ação Educativa Cinema Acessível promove a inclusão social e a democratização de acesso à cultura e ao lazer. Por meio de filmes nacionais que contam com três tecnologias assistivas simultaneamente – janela de LIBRAS, legenda explicativa e audiodescrição - proporcionando aos colaboradores do Banrisul e comunidade em geral - pessoas com deficiências visual, auditiva, autistas, deficiências múltiplas, familiares e amigos estarem juntos em uma sala de cinema.

“É sempre bom lembrar que, se o aprendizado é um fenômeno intelectual, a aprendizagem é um fenômeno emocional. Em outras palavras, nós nos intelectualizamos com auxílio das emoções. A informação desprovida de sentido e de sentimento não cala na alma, não gruda na mente, não se acomoda na memória.”

Eugênio Mussak

OBJETIVOS

A partir da possibilidade apresentada pelo Festival Cinema Acessível, é concebida a ação educativa inclusiva por meio do Cinema Acessível, tendo como objetivo geral sensibilizar as comunidades locais e os colaboradores do Banrisul para a importância da acessibilidade de pessoas com deficiência, promovendo a igualdade e democratização ao acesso a espaços e serviços. Para alcance desse propósito, objetivos específicos foram traçados, sendo eles:

1) Fomentar a participação dos mobilizadores locais e colaboradores do Banrisul na reflexão da temática da acessibilidade e realização de ação educativa de forma conjunta, conforme características locais.

2) Incentivar o conhecimento de LIBRAS aos colaboradores, bem como um complemento de aprendizado aos que já participam de cursos respectivos à temática, favorecendo o acolhimento ao público com deficiência auditiva.

3) Reforçar orientação de recepção a pessoas com deficiência, através da experiência de acolhimento nas sessões de filmes.

4) Dar conhecimento de ações e tecnologias adotadas pelo Banrisul no acesso à informação às pessoas com deficiência.

5) Possibilitar que equipe da Superintendências Regionais (SUREGs) e Agências tenham maior proximidade e envolvimento com conselhos, secretarias, associações, entidades, órgãos, universidades e comunidade em geral, difundindo a participação do Banrisul em práticas inclusivas que vem ao encontro de uma cultura para a sustentabilidade, nas respectivas localidades.

6) Identificar através de pesquisa, a percepção dos participantes, quanto à experiência de assistir um filme em formato e ambiente acessível, servindo de subsídio para estratégias futuras.



LOCAL DE DESENVOLVIMENTO

Em 2016, primeiro ano de realização da Ação Educativa Cinema Acessível, optou-se por realizar as exhibições em cidades que possuem Superintendências Regionais (SUREGS) do Banrisul – Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo, Santo Ângelo e Palmeira das Missões, devido a sua expressão como centros de referência para as cidades mais distantes do interior e seu potencial de realização das ações educativas. Uruguaiana foi a única cidade que não é sede de SUREG e participou do projeto devido a sua distância geográfica e sua influência no pouco acesso a recursos e experiências na temática da acessibilidade, a partir de relatos de colaboradores estudantes de Libras e diálogo com FADERS – Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades do Rio Grande do Sul.

Para que a Ação Educativa Cinema Acessível Banrisul fosse estendida às Suregs e comunidades locais, a proposta foi apresentada e analisada de forma conjunta com instituições responsáveis por políticas públicas voltadas aos direitos das pessoas com deficiência, bem como no âmbito cultura, firmando-se parcerias institucionais.

POPULAÇÃO BENEFICIADA

Toda a comunidade participantes e os colaboradores do Banrisul foram mobilizados em conjunto com Conselhos Municipais dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Secretarias Estaduais e Municipais, Universidades, bem como associações e entidades de pessoas com deficiências.

METODOLOGIA APLICADA

A concepção do projeto contou com etapas de diagnóstico, planejamento, realização, monitoramento e avaliação, com ações específicas, conforme descrito a seguir:

1. Diagnóstico (set/2015 a nov/2015)

1. Levantamento de Indicadores nacionais, estaduais e institucionais (Ver Anexo II).
2. Identificação de espaços com acessibilidade nas localidades.
3. Reunião para estabelecer parcerias locais:
 - COPEDE (Comitê Estadual de Pessoas com Deficiência)
 - FADERS (Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas às Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul)
 - SJDH (Secretaria de Justiça e Direitos Humanos)
4. Contato com Superintendências Regionais do Banrisul para esclarecer a proposta e identificar características locais.

2. Planejamento (dez/2015 a fev/2016)

5. Elaboração de roteiro para realização de atividade em cada localidade (confirmação da salas, articulações com parceiros locais, divulgação a empregados e comunidade afeta ao tema).
6. Elaboração de cronograma.
7. Contato e reunião prévia com parceiros locais para preparação de evento por localidade.

3. Realização (mar/2016 a nov/2016)

8. Divulgação em meio virtual e impresso na organização e junto aos Comitês Municipais de Pessoas com Deficiência e outros órgãos interessados.
9. Inscrição dos interessados.
10. Definição de número de sessões a cada localidade e confirmação junto aos inscritos.
11. Visita prévia à realização do evento, reunindo parceiros.
12. Realização da ação educativa, considerando recepção, atendimento ao público, falas de abertura conjunta com a representatividade das pessoas com deficiência, exibição fílmica e roda de conversa, trocando impressões a respeito da experiência.

4. Monitoramento (mar/2016 a dez/2016)

13. Aplicação da pesquisa pós exibição fílmica.
14. Percepção dos parceiros e público-alvo envolvido na realização por localidade

5. Avaliação (jan/2017 a fev/2017)

15. Compilação de dados: nº de público participante; informações levantadas na pesquisa junto ao público; nº de parceiros envolvidos na estratégia de sensibilização, nº de inscrições dos empregados no curso de Libras e nº de inscrições dos empregados no curso Acessibilidade EAD.
16. Análise de conteúdo dos dados levantados em atas de reuniões preparatórias, nas pesquisas realizadas e matérias espontâneas das mídias locais.
17. Elaboração e divulgação de relatório na organização e parceiros institucionais.

Para escolher os espaços para a ação educativa, foi importante atentar para a acessibilidade em relação aos aspectos arquitetônicos e de recursos audiovisuais acessíveis para que pessoas com deficiências auditiva, visual, física ou motora e intelectual ou cognitiva fossem acolhidas, trabalhando com os diversos sentidos.

Os locais definidos foram espaços propícios para projeção de filmes, com acessibilidade a pessoas com deficiência. Para tal, foi realizado levantamento prévio de salas em cada localidade, por meio do Iecine – Instituto Estadual de Cinema, Órgãos Municipais, Ministério Público do RS e Fecomércio/SESC (Ver Anexo III).

Para implementação do projeto, houve o envolvimento da Universidade Corporativa do Banrisul, da Unidade de Gestão Corporativa com o tutor do curso EAD Acessibilidade Banrisul e representante técnico da empresa Som da Luz, que desenvolveu as tecnologias assistivas aos filmes: “O Tempo e o Vento”, “O Homem que Copiava”, “Saneamento Básico, O Filme”.

FORMA DE ARTICULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO EM TODAS AS ETAPAS

Nas etapas de **diagnóstico** e **planejamento** o público foi representado por parceiros locais, como associações e instituições, e parceiros estaduais, como a FADERS, a SJDH – atualmente denominada SDSTJDH (Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos), e o COEPEDE, além do IECINE.

A partir do mapeamento de Conselhos Municipais dos Direitos das Pessoas com Deficiências, efetuou-se a articulação para realização de ação educativa em cada localidade, a partir de contatos por e-mail e ligações telefônicas para Conselhos, Secretarias, Universidade, Entidades, Associações, Superintendências Regionais do Banrisul, Agências Banrisul e tele-reuniões com administrações do Banrisul (Ver Anexo IV).

A cada contato realizado, contribuições e observações eram acolhidas como sugestão de convites, mobilizando a maior representatividade possível para as reuniões preparatórias e envolvimento de público, conforme cada região.

Ao longo da etapa de **realização**, a articulação e participação do público esteve presente em diversos momentos. Na comunicação, a divulgação ocorreu por meio de e-mail direto aos respectivos colaboradores e via intranet – hot site, incluindo descrição das imagens da campanha. Para envolvimento de pessoas com deficiência e respectivas entidades, foi produzido e-mail específico para esses, incluindo descrição da imagem que acompanha a divulgação, para atender o público com deficiência visual.

Para as inscrições e pesquisa, ambas ocorreram via formulário eletrônico estruturado na ferramenta *Survey Monkey* tanto para colaboradores do Banrisul como para entidades de atendimento à pessoa com deficiência. O formulário foi acessado por link em e-mail, bem como com código QR Code, que, se interpretado por aplicativo de celular, remete à página do formulário na internet. Ambos os recursos eletrônicos apresentam possibilidade de acessibilidade, garantindo o acesso a grupos diversos (Ver Anexo V).

A Ação Educativa, com aproximadamente de **03h de duração, entre os horários de 14h e 21h**, contemplava recepção do público e cerimonial de abertura (fala de representantes/atores locais e Universidade Corporativa Banrisul). Na ação, incentiva-se a participação do público, oportunizando manifestarem-se quanto à experiência, no momento de roda de conversa após a sessão fílmica. Em algumas localidades ocorreram mais de uma sessão.

Também, durante a sessão fílmica, eram oferecidas **máscaras** para quem desejasse cobrir os olhos, favorecendo ao público vivenciar o filme de forma diversa – vendo, ouvindo e sentindo. Essa experiência também favoreceu a compreensão de limitações e o entendimento de acolhimento e melhor abordagem à pessoa com deficiência.

O **monitoramento** pautou-se no número de participantes, bem como perfil de público para ter um ambiente acolhedor a todos e que fosse convidativo à diversidade. Além disso, o monitoramento por meio da pesquisa de opinião pós-evento, disponibilizado por QR Code no próprio ambiente da ação e via e-mail, com acesso ao link da pesquisa (Ver anexo VI).

Para **avaliação** considerou-se dados quantitativos, tais como: número de parceiros locais, número de participantes da comunidade, número de colaboradores do Banrisul, número de mídias espontâneas; número de outras experiências que se replicaram a partir da iniciativa. Além disso, a avaliação integrou dados qualitativos, tais como: aprendizados compartilhados na trajetória de cada edição, análise de depoimentos, interesse manifestado pelos parceiros locais em dar continuidade a trabalhar com a temática da acessibilidade.

PARCERIAS COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES

A coordenação da Ação de Educação Cinema Acessível foi da Universidade Corporativa Banrisul, representada por colaboradores com formação em educação e administração, atuando como facilitadores, sendo um deles pessoa com deficiência visual (baixa visão), integrando assim a percepção da pessoa com deficiência, praticando o lema “Nada para nós, sem nós”, em que há plena participação das próprias pessoas com deficiência em projetos relativos as mesmas.

Para a realização do projeto, houve uma parceria comercial com a empresa Som da Luz, e parcerias institucionais com órgãos e entidades representativas estaduais – COPEDE, FADERS, SJDH e IECINE – além de articulações nas localidades onde ocorreram as exibições – Superintendências Regionais do Banrisul, Secretarias, Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Universidades, entre outros.

Parceiros Internos

SUPERINTENDENCIAS REGIONAIS DO BANRISUL	Envolvimento e participação dos gestores e colaboradores, no intuito de aproveitar a experiência como uma ação educativa vivencial quanto à abordagem e acolhimento das pessoas com deficiência, bem como incentivo da capacitação em Libras.
GESTÃO CORPORATIVA	Comunicação e Imprensa Banrisul – contribuindo nas produção de peças de comunicação, difusão nas localidades e registro da ação educativa.

Parceiros Externos

EMPRESA SOM DA LUZ	Empresa detentora do Festival de Cinema Acessível, contratada para fornecer filmes com tecnologias assistivas e esclarecimento técnico ao público participante.
COPEDE	Colaboração na divulgação e articulação local dos conselhos de pessoas com deficiência.
FADERS	Colaboração na formação de formulários de inscrição e pesquisa, bem como na divulgação via site institucional.
SJDH	Contribuição no alinhamento com políticas públicas de inclusão e na divulgação da estratégia em nível estadual.
IECINE	Ligado à Secretaria de Estado da Cultura, contribuindo com identificação de espaços de exibição fílmica nas localidades, bem como assessoria para realização dos eventos voltados ao perfil do público alvo.

ORÇAMENTOS DOS RECURSOS FINANCEIROS E FONTES DE FINANCIAMENTO

Tabela 1: Orçamento

ORÇAMENTO	
RECURSOS	R\$
CONTRATO COM EMPRESA SOM DA LUZ	22.500,00
LOGÍSTICA	8891,73
PERNOITE E ALIMENTAÇÃO	5164,05
MATERIAIS	1.376,00
* ESPAÇO DE EXIBIÇÃO	13.500,00
TOTAL DE INVESTIMENTO	37.931,00

(*) Os locais identificados e analisados como adequados ocorrerão a partir de cedência, frente a mobilização conjunta com as parcerias locais na busca de melhor acolhimento à diversidade de público. Se locados os espaços teriam um investimento aproximado de R\$ 13.500,00.



Ação Educativa em Santa Maria. Cinema tem que ter pipoca!



5. APRENDIZADOS, AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA 2017

Ao revisitar o ciclo de 2016 da Ação Educativa Cinema Acessível, percebe-se a riqueza de reflexões e aprendizados, a começar pelo alcance do objetivo geral “Sensibilizar comunidades locais e os colaboradores do Banrisul quanto à importância da sensibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, promovendo igualdade e democratização ao acesso a espaços diversos”.

“É inegável o papel das Universidades Corporativas no sentido de estimular a cidadania por parte dos funcionários, para que se construam empresas sólidas e competitivas. Mas ou é ingenuidade ou hipocrisia achar que vale a pena oferecer um curso em que o aproveitamento do que foi aprendido não seja seriamente considerado.”

Marisa Eboli

No transcorrer das edições e na manutenção do processo como um todo, junto aos parceiros institucionais – SJDH, FADERS, COPEDE e IECINE, analisou-se resultados periódicos do projeto e retomou-se as atribuições de cada parceiro.

Para o alcance do objetivo específico 1 (Fomentar a participação dos mobilizadores locais e colaboradores do Banrisul na reflexão da temática da acessibilidade e realização de ação educativa de forma conjunta, conforme características locais), salienta-se a interação dos facilitadores da Ação Educativa Cinema Acessível e do público-alvo que se desenvolveram por meio de experiência que provesse diálogos e debates, propiciando o aprimoramento das edições, valorizando a transformação participativa, atenta à prática pedagógica com caráter emancipatório, a partir da reflexão coletiva a respeito dos recursos de acessibilidade.

O potencial de articulação e atenção dada à temática da acessibilidade estão expressos nos dados quantitativos da Tabela 2, demonstrando participação e envolvimento com diversos atores, conforme as características de adesão por localidade. Entre os dados, destacam-se: o total de 1.115 pessoas como público participante; o envolvimento de 165 colaboradores do Banrisul, sendo que desses, 66 capacitados em LIBRAS, aproveitando a oportunidade de prática o diálogo por meio dessa língua; as 69 agências envolvidas, considerando suas localizações geográficas e logísticas de acesso.

RESULTADOS					
CIDADE	PARTICIPANTES	EMPREGADOS	AGÊNCIAS ENVOLVIDAS	LIBRAS	PARCEIROS LOCAIS
CAXIAS DO SUL	57	19	7 (de 54 = 13%)	5	3
NOVO HAMBURGO	220	27	17 (de 45 = 38%)	13	6
SANTA CRUZ DO SUL	82	24	10 (de 42 = 24%)	12	5
PELOTAS	86	28	13 (de 34 = 38%)	14	5
SANTA MARIA	220	18	8 (de 34 = 24%)	8	8
URUGUAIANA	90	7	1	1	10
PASSO FUNDO	70	12	6 (de 69 = 9%)	4	10
SANTO ÂNGELO	90	13	5 (de 55 = 9%)	6	4
PALMEIRA DAS MISSÕES	200	17	2 (de 50 = 4%)	3	09
TOTAL	1115	165	69	66	59

No transcorrer das edições em cada localidade, o envolvimento com a temática acessibilidade foi sendo enriquecida com a peculiaridade de cada região e aprendizados conjuntos. Esse processo de sensibilização e educação vivencial ocorreu de forma recíproca tanto à comunidade local como para a condução e continuidade da ação. O monitoramento dos indicadores propicia que estratégias possam ser aprimoradas tendo em vista o enriquecimento e valorização do público, em contrapartida ao investimento e mobilização da instituição.

Mídias Espontâneas

Foram divulgadas 24 matérias em mídias diversas, entre elas: Jornal ZH, ClicRBS, Rádio FM Cultura e TV Feevale (Ver Anexo VII).

O alcance do objetivo específico 5 (Possibilitar que equipe das superintendências regionais e agências do Banrisul tenham maior proximidade e envolvimento com conselhos, secretarias, associações, entidades, órgãos, universidades e comunidade em geral, difundindo a participação do Banrisul em práticas inclusivas que vem ao encontro de uma cultura para a sustentabilidade, nas respectivas localidades) está retratado no envolvimento das administrações das Suregs e agências do Banrisul. Essas administrações, das 09 localidades, a partir de reuniões presenciais e tele reuniões, impulsionaram a participação dos colegas de trabalho, familiares, amigos, além do envolvimento de organizações conhecidas, estudantes e professores interessados no tema.



Clipagem de sites e impressos regionais.

Além desse aspecto junto às equipes de trabalho, os gestores sejam das localidades que sediaram a ação ou de municípios próximos, perceberam oportunidade de envolverem e oportunizarem para instituições que teriam interesse em participar como APAES, a exemplo os municípios de Canoas, Campo Bom, Cidreira, Taquara, em relação ao evento de Novo Hamburgo; Panambi em relação ao evento de Palmeira das Missões; Lajeado em relação a Santa Cruz do Sul; Restinga Seca em relação a Santa Maria (Ver Anexo VII).

Para o alcance do objetivo específico 2 (Incentivar o conhecimento de LIBRAS aos colaboradores, bem como um complemento de aprendizado aos que já participam de cursos respectivos à temática), ressalta-se o envolvimento dos colegas capacitados em LIBRAS. Esses, nos primeiros contatos com reuniões preparatórias e eventos, sentiam-se intimidados e inseguros para o acolhimento do público nos eventos. Mas, no transcorrer da organização da ação, percebiam que eram convidados a participar da vivência acompanhando intérpretes de cada exibição fílmica, juntamente para vivenciar e praticarem o diálogo de LIBRAS. Essa relação de parceria estabelecida, reconhecendo o potencial e apoio para maior desenvolvimento gerava tranquilidade e disponibilidade em participar, o que naturalmente difundia-se nas outras localidades. Além disso, registrou-se um aumento dos colaboradores capacitados em LIBRAS do início da Ação Educativa Cinema Acessível, em março, até a conclusão do ciclo, em novembro. Aproximadamente, 15% , representado por 146 colaboradores inscritos no referido período, na busca de aprimorar o atendimento às pessoas com deficiência auditiva.

O objetivo específico 6 (Identificar através de pesquisa, a percepção dos participantes, quanto à experiência de assistir um filme em formato e ambiente acessível, servindo de subsídio para estratégias futuras), está identificado na percepção do público, que foi muito relevante a cada edição.

No próprio desenvolvimento das ações, a roda de conversa após as sessões dos filmes, com aproximadamente 20 minutos de duração, agregaram imensamente com os depoimentos do público. Além desses momentos, foi desenvolvida pesquisa

junto aos participantes, disponibilizada via QR Code ou link encaminhado por e-mail. O formulário eletrônico obteve 218 respondentes dos 250 e-mails informados nas inscrições, permitindo saber através de índices o quanto a ação educativa contribuiu conforme os itens listados na tabela.

Tabela 3: Pesquisas

Pesquisa	SIM	NÃO
JÁ HAVIA ASSISTIDO FILME COM TECNOLOGIA ASSISTIVA?	22%	78%
EXPERIMENTOU VENDAS?	63%	37%
CONTRIBUIU PARA O CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO?	68%	32%
AGREGOU CONHECIMENTO DE ACESSIBILIDADE?	99%	1%
É IMPORTANTE A CONTINUIDADE DA PROPOSTA?	100%	0%

Com relação ao objetivo específico 3 (Reforçar orientação de recepção a pessoas com deficiência, através da experiência de acolhimento nas sessões de filmes), o ambiente propiciado pela Ação Educativa Cinema Acessível propiciou aos 165 colaboradores participantes, a experiência de acolhimento e abordagem às pessoas com deficiência. Concomitante a essa ação educativa e sua repercussão, acredita-se que tenha suscitado o interesse pelos colaboradores em inscrever-se no curso EAD Acessibilidade Banrisul, para melhor compreensão dessa prática e abordagem qualificada do público específico. No referido período houve 770 inscrições, do total de 1755, entre 2014 a 2016, representando aumento de 44%.

Na Ação Educativa em Palmeira das Missões, a empresa Bruning Tecnometal Ltda., de município vizinho, participou do evento, envolvendo seus colaboradores com deficiência, demonstrando interesse em replicar a ação.

Embora houvesse metodologia e respectivas etapas, estar atento à voz e às perspectivas das pessoas envolvidas foi fundamental para o aprendizado oportunizado por esse processo. Como afirma Franco (2005), mediante a participação consciente, os sujeitos da pesquisa passam a ter oportunidade de se libertar de mitos e preconceitos

que organizam suas defesas à mudança e reorganizam a sua auto concepção de sujeitos históricos.

Nos âmbitos das comunidades envolvidas, identificou-se ao longo das reuniões preparatórias e realização das ações educativas, momentos importantes de reflexão e mobilização, tais como:

- Conhecimento das próprias iniciativas locais, à medida de diálogo dos diversos atores, órgãos públicos e integrantes da sociedade civil;
- Reflexão quanto ao funcionamento local para efetiva acessibilidade, considerando as barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais;
- Desenvolvimento cultural dos sujeitos implicados na ação;
- Reflexão na perspectiva de superação às condições de desigualdade, alienação e de convenções cotidianas.

Como um ciclo em espiral, a participação crítica dos sujeitos permitiu readequações e alterações que foram ocorrendo no transcorrer do processo, levando em consideração à emancipação dos sujeitos e das condições que obstruem esse processo emancipatório, do aprimoramento da ação educativa, bem como da mobilização local frente ao tema. Entre os destaques de amadurecimento e aprimoramento estão: a integração de colaboradora do Banrisul como intérprete de LIBRAS; a parceria com Universidades; as condições ambientais para participação dos autistas, entre outras (Ver Anexo IX).

O fato das edições e aprendizados mútuos na facilitação de cada ação educativa, foi gradativamente sendo compartilhada por mídias espontâneas, que levou ao interesse de trocas em espaços acadêmicos, entre eles:

- a disciplina de Intervenção Psicossocial, no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde, na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA;
- em 05 turmas de graduação do IBGEN – Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios, abrangendo cursos de psicologia, administração, direito, tecnólogos em RH e em Gestão comercial e segurança;

- a Escola do Instituto de Cardiologia, estudantes em Técnico de Enfermagem, vivenciaram a iniciativa.

Essa reflexão coletiva contribui de forma gradativa para dar luz na “opacidade de diretos”, referido por Cárcova (1998), no sentido da necessidade e da extrema importância de se propiciar um sistema em que as pessoas tenham acesso a ferramentas promotoras e formadoras de consciência e entendimento de seus direitos para que possam ter autonomia na vida em sociedade.

Da mesma forma, o fato de acompanhar as edições presencialmente e serem difundidas nas mídias internas, gerou maior criticidade no âmbito interno da organização.

O objetivo específico 4 (Dar conhecimento de ações e tecnologias adotadas pelo Banrisul no acesso à informação das pessoas com deficiência), está representado na reflexão dos recursos de acessibilidade. Essa reflexão favoreceu aprimorar e inovar algumas práticas, entre elas: orientações aos instrutores do Banrisul quanto à acolhida e abordagem em sala de aula aos colegas com deficiência; aperfeiçoamento de sistema de cadastro de clientes; a disponibilidade da Ag. Otávio Rocha, apresentando o uso de auto atendimento às pessoas com deficiências para integrantes do Projeto Rumo Norte, que se preparam para o mercado de trabalho; a inclusão das tecnologias assistivas na campanha publicitária do Banrisul.

Em fevereiro de 2017, a Unidade de Marketing do Banrisul, promoveu a adaptação da propaganda institucional de forma a garantir as tecnologias assistivas: audiodescrição, janela de Libras e legenda explicativa, demonstrando a preocupação e respeito do Banrisul em atender a todos os seus clientes e respeitando suas necessidades e diversidades. Torna-se a primeira instituição financeira a promover este formato de comunicação, integrando as três tecnologias e registrando em 22 de maio de 2017, 7.743 visualizações do vídeo.

Os desdobramentos percebidos a partir do ciclo da ação educativa realizada em 2016, a mobilização dos parceiros locais, bem como a pesquisa pós-evento, favoreceu a reunião de avaliação com os parceiros institucionais – empresa Som da Luz, SJDH e FADERS, identificando pontos fortes e oportunidades de melhorias para serem considerados na proposição para o ciclo 2017:

Como pontos fortes:

- 1) Aproximação e diálogo com os mobilizadores locais.
- 2) Valorização das iniciativas locais.
- 3) Engajamento dos colaboradores do Banrisul.
- 4) Entendimento de espaço para cultura inclusiva.
- 5) Compartilhamento de experiências.
- 6) Parceria para divulgações locais.

Como oportunidades de melhorias:

Alinhamento da divulgação com parceiros institucionais em tempo hábil.

Fomento à capacitação de tradutores/ intérpretes de LIBRAS, fortalecendo as políticas públicas regionais.

Frente aos resultados apresentados, entendem-se que os objetivos da proposta foram alcançados e suscitam continuidade e fortalecimento de novo ciclo.

A partir dessa análise, diretrizes foram identificadas para pautar o ciclo de 2017, são elas:

- alinhamento dos municípios identificados e cronograma da ação educativa com o planejamento proposto pela FADERS, em consonância da presença do Banrisul nos municípios gaúchos, possibilitando fortalecer ainda mais as políticas públicas voltadas à temática da acessibilidade;
- a partir das observações dos colaboradores do Banrisul, estudantes de Libras, a proposição de continuidade da capacitação em Libras e desenvolvimento de curso para atualização;
- proposição do alinhamento da temática Acessibilidade em outros programas educacionais da Universidade Corporativa aos colaboradores do Banrisul, tais como: Programa Sou Banrisul – voltado à qualificação do atendimento e ao Programa Primeira Gerência – preparação de novas lideranças.

Além das diretrizes, registraram-se apontamentos relevantes a serem considerados para ciclos futuros, a partir da trajetória a ser desenvolvida em 2017 (Ver Anexo X). De igual forma, ao longo do desenvolvimento da ação educativa, o escutar, observar e o sentir deverão estar presentes, identificando aspectos relevantes a serem considerados, enquanto caminhada de amadurecimento e apropriação da temática pela organização Banrisul, entre esses:

- o crescente envolvimento dos colaboradores capacitados em Libras para contribuir na identificação de localidades em conjunto com as Suregs, para sinalizar posterior à FADERS;
- a contribuição para a acessibilidade em mais estratégias de relacionamento do Banrisul para a sociedade.

O case aqui apresentado permite ser generalizável e multiplicado, considerando a diversidade do contexto a que for desenvolvido.

UM CINEMA, UM NOVO TEMA

*Há uma luz
Em cada sorriso
E um abraço
Que eu preciso,
Para ouvir o coração
E libertar a emoção
Contida na tela.
Nunca antes
Uma experiência tão bela
Transformou tantos sentidos.
Tocar, ouvir e olhar!
Uma tarde,
Um cinema!
Um filme, uma história
Um novo tema.
Para que de uma vez se aprenda:
Somos todos um!*

Daisi Porto - Colaboradora da Ag. Rio Grande
Membro efetivo da Academia Rio-grandina de Letras
Cadeira 35, Patrona Revocata Heloisa de Melo

6. BIBLIOGRAFIA

ARENDT, H. Sobre a violência. RJ, Civilização Brasileira, 2009.

ABNT NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

ABRAMOWICZ, A. ; SILVÉRIO, V. R. Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas: Papirus, 2005.

BORDENAVE, J.; Pereira A.M. Estratégias de ensino aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 1993.

BORGES, J.A.S. Sustentabilidade e Acessibilidade: educação ambiental, inclusão e direitos da pessoa com deficiência – práticas, aproximações teóricas, caminhos e perspectivas. Brasília: 2014.

BRASIL. Lei 3.298 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

_____. Decreto 5296, de 02 de dezembro de 2004, regulamenta as Leis nº 10.048/2000, quanto à- prioridade de atendimento às PCDs e nº 10.098/ 2000, quanto às normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

_____. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Tradução oficial/ Brasil, Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, setembro, 2007.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf Acesso em: 15 de jan.2016

_____. Instrução Normativa nº 98 Ministério do Trabalho e Emprego/2012, dita os procedimentos de fiscalização para a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência e beneficiárias da Previdência Social reabilitadas.

_____. Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) – condições de igualdade para exercer atos da vida civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/L13146.htm

CÁRCOVA, Carlos Maria. A opacidade do direito. São Paulo: LTR, 1998.

EBOLI, M. Educação corporativa e desenvolvimento de competências. In: Durta, J.S.; Fleury, M.T.L.; Ruas, R. Competências: conceitos, métodos e experiências. São Paulo: Atlas, 2008.

FRANCO, M.A.S. Pedagogia da pesquisa-ação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n] 3, p. 483 – 502, set/dez, 2005

FREIRE, p. Pedagogia da autonomia: saberes necessárias à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Joana. O negócio do social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. Ecopedagogia e cidadania planetária. São Paulo, Cortez, 2013.

HEINSKI, R. M. M. S. Um estudo sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Centro de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Administração. 2003.

LAPLATINE, F. Aprender antropologia. São Paulo, Brasiliense, 2003.

LEFF E. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.

MUSSAK, E. Educar é deixar respirar. <http://www.eugeniomussak.com.br/educacao/>. Acessado em 22.11.2016.

PNUD. Transformando Nosso Mundo Disponível [Acessado em 2015, Nov. 01] .<http://www.pnud.org.br/Docs/TransformandoNossoMundo.pdf>.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual n.º 10.228/1994 e Decretos Estaduais nº 42.845/2004, 44.300/2006 e 46.656/2009, consolidados pela Lei Estadual n.º 13.320/2009 – Concurso Público.

SANTOS, R. M. A inclusão de pessoas portadoras de deficiência visual: estudo de caso sobre a aplicação da Lei de reserva de vagas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Graduação em Administração. 2008

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p.10-16.

7. AUTORES

Marta Silva Neves - Pedagoga, Formação em Dinâmica dos Grupos, Especialização em Planejamento Ambiental e Mestranda em Ensino na Saúde.

Rafael Martins dos Santos - Administrador com ênfase em Recursos Humanos e pós graduado em Gestão Estratégica e Inteligência Competitiva.

